ATIVIDADE: BENEFICIAMENTO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL

LICENÇA AMBIENTAL MUNICIPAL DE INSTALAÇÃO (LAMI)

1 – Requerimento
Formulário no site da Prefeitura de Cantagalo na página da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SMMADS no Portal de Licenciamento.
2 – Documentos de identificação
Pessoa física: RG e CPF do titular do requerimento.
Pessoa jurídica: RG e CPF do(s) representante(s) legal(/is) da Pessoa Jurídica titular do requerimento.
3 – Documentos sociais
Sociedade Limitada: Última alteração contratual e Contrato Social consolidado.
Sociedade Anônima: Estatuto Social e ata de eleição da diretoria em vigor.
Órgãos Públicos: Ato de nomeação do(s) representante(s) legal(/is).
Outros casos: Documentos de constituição da Pessoa Jurídica e de eleição ou nomeação do(s) representante(s) legal(/is).
4 – CNPJ
Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral de Pessoa Jurídica obtido no site da Receita Federal no ano do requerimento.
5 – Declaração de microempresa (Form. 35) e Relatório do Simples Nacional emitido pela Receita Federal (se for o caso)
Documento que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte para fazer jus à redução de 50% do valor do custo de análise.
6 – Documentos de identificação do procurador (se for o caso)
RG e CPF do procurador constituído.
7 – Procuração pública ou particular (se for o caso)
A procuração particular deve ter a firma reconhecida.
8 – Termo de Responsabilidade
Formulário disponível no Portal de Licenciamento da SMMADS.
9 – Registro no Conselho de Classe do(s) profissional(is) responsável(is)
Cópia do Registro Profissional do(s) Responsável(is) Técnico(s) **(se for o caso)**.
10 – Anotação de Responsabilidade Técnica do(s) profissional(is) responsável(is)
Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Termo de Responsabilidade Técnica (TRT) - para biólogos **(se for o caso)**.
11 – Planta de localização
Imagem do Google Earth do local com coordenadas geográficas.
12 – Certidão de Zoneamento Municipal ou Declaração;
13 – Comprovante de titularidade da propriedade:
13.1 IPTU; ou ITR; ou RGI; ou Escritura do Imóvel; ou Promessa de Compra e Venda registrada em cartório;
13.2 Contrato de locação, de comodato ou Carta de anuência do proprietário, para os casos em que a propriedade não esteja em nome do requerente;
14 – Conta de Água ou Outorga para uso de recurso hídrico;
15 – Conta de luz;
16 – Certificado de Faixa Marginal de Proteção – FMP, (se for o caso);
17 – Declaração informando o número de funcionários;
18 – Layout da Fábrica;
19 – Lista dos Produtos Químicos que serão utilizados na limpeza e sua forma de descarte após o uso , (se for o caso);

20 – Projeto para Implantação de Sistema Fossa, Filtro e Sumidouro para os casos onde não exista tratamento pela concessionária (NBR 7229) , (se for o caso).

21 – Cópias do DAM e do comprovante de pagamento da taxa de licenciamento.

22 – Checklist da atividade;

23 – Enquadramento da atividade.

No Portal do Licenciamento estão disponíveis legislações, orientações, formulários, entre outras informações.

Durante a análise do processo do seu requerimento podem ser exigidos novos custos e documentos complementares.

ATIVIDADE: BENEFICIAMENTO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL

LICENÇA AMBIENTAL MUNICIPAL INTEGRADA (LAMIN)

1 – Requerimento
Formulário no site da Prefeitura de Cantagalo na página da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SMMADS no Portal de Licenciamento.
2 – Documentos de identificação
Pessoa física: RG e CPF do titular do requerimento.
Pessoa jurídica: RG e CPF do(s) representante(s) legal(/is) da Pessoa Jurídica titular do requerimento.
3 – Documentos sociais
Sociedade Limitada: Última alteração contratual e Contrato Social consolidado.
Sociedade Anônima: Estatuto Social e ata de eleição da diretoria em vigor.
Órgãos Públicos: Ato de nomeação do(s) representante(s) legal(/is).
Outros casos: Documentos de constituição da Pessoa Jurídica e de eleição ou nomeação do(s) representante(s) legal(/is).
4 – CNPJ
Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral de Pessoa Jurídica obtido no site da Receita Federal no ano do requerimento.
5 – Declaração de microempresa (Form. 35) e Relatório do Simples Nacional emitido pela Receita Federal (se for o caso)
Documento que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte para fazer jus à redução de 50% do valor do custo de análise.
6 – Documentos de identificação do procurador (se for o caso)
RG e CPF do procurador constituído.
7 – Procuração pública ou particular (se for o caso)
A procuração particular deve ter a firma reconhecida.
8 – Termo de Responsabilidade
Formulário disponível no Portal de Licenciamento da SMMADS.
9 – Registro no Conselho de Classe do(s) profissional(is) responsável(is)
Cópia do Registro Profissional do(s) Responsável(is) Técnico(s) **(se for o caso)**.
10 – Anotação de Responsabilidade Técnica do(s) profissional(is) responsável(is)
Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Termo de Responsabilidade Técnica (TRT) - para biólogos **(se for o caso)**.
11 – Planta de localização
Imagem do Google Earth do local com coordenadas geográficas.
12 – Certidão de Zoneamento Municipal ou Declaração;
13 – Comprovante de titularidade da propriedade:
13.1 IPTU; ou ITR; ou RGI; ou Escritura do Imóvel; ou Promessa de Compra e Venda registrada em cartório;
13.2 Contrato de locação, de comodato ou Carta de anuência do proprietário, para os casos em que a propriedade não esteja em nome do requerente;
14 – Conta de Água ou Outorga para uso de recurso hídrico;
15 – Conta de luz;
16 – Certificado de Faixa Marginal de Proteção – FMP, (se for o caso);
17 – Declaração informando o número de funcionários;
18 – Layout da Fábrica;
19 – Lista dos Produtos Químicos que serão utilizados na limpeza e sua forma de descarte após o uso, (se for o caso);

20 – Projeto para Implantação de Sistema Fossa, Filtro e Sumidouro para os casos onde não exista tratamento pela concessionária (NBR 7229) , (se for o caso).

21 – Cópias do DAM e do comprovante de pagamento da taxa de licenciamento.

22 – Checklist da atividade;

23 – Enquadramento da atividade.

No Portal do Licenciamento estão disponíveis legislações, orientações, formulários, entre outras informações.

Durante a análise do processo do seu requerimento podem ser exigidos novos custos e documentos complementares.

ATIVIDADE: BENEFICIAMENTO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL

LICENÇA AMBIENTAL MUNICIPAL DE OPERAÇÃO (LAMO)

1 – Requerimento
Formulário no site da Prefeitura de Cantagalo na página da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SMMADS no Portal de Licenciamento.
2 – Documentos de identificação
Pessoa física: RG e CPF do titular do requerimento.
Pessoa jurídica: RG e CPF do(s) representante(s) legal(/is) da Pessoa Jurídica titular do requerimento.
3 – Documentos sociais
Sociedade Limitada: Última alteração contratual e Contrato Social consolidado.
Sociedade Anônima: Estatuto Social e ata de eleição da diretoria em vigor.
Órgãos Públicos: Ato de nomeação do(s) representante(s) legal(/is).
Outros casos: Documentos de constituição da Pessoa Jurídica e de eleição ou nomeação do(s) representante(s) legal(/is).
4 – CNPJ
Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral de Pessoa Jurídica obtido no site da Receita Federal no ano do requerimento.
5 – Declaração de microempresa (Form. 35) e Relatório do Simples Nacional emitido pela Receita Federal (se for o caso)
Documento que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte para fazer jus à redução de 50% do valor do custo de análise.
6 – Documentos de identificação do procurador (se for o caso)
RG e CPF do procurador constituído.
7 – Procuração pública ou particular (se for o caso)
A procuração particular deve ter a firma reconhecida.
8 – Termo de Responsabilidade
Formulário disponível no Portal de Licenciamento da SMMADS.
9 – Registro no Conselho de Classe do(s) profissional(is) responsável(is)
Cópia do Registro Profissional do(s) Responsável(is) Técnico(s) **(se for o caso)**.
10 – Anotação de Responsabilidade Técnica do(s) profissional(is) responsável(is)
Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Termo de Responsabilidade Técnica (TRT) - para biólogos **(se for o caso)**.
11 – Planta de localização
Imagem do Google Earth do local com coordenadas geográficas.
12 – Certidão de Zoneamento Municipal ou Declaração;
13 – Comprovante de titularidade da propriedade:
13.1 IPTU; ou ITR; ou RGI; ou Escritura do Imóvel; ou Promessa de Compra e Venda registrada em cartório;
13.2 Contrato de locação, de comodato ou Carta de anuência do proprietário, para os casos em que a propriedade não esteja em nome do requerente;
14 – Conta de Água ou Outorga para uso de recurso hídrico;
15 – Conta de luz;
16 – Certificado de Faixa Marginal de Proteção – FMP, (se for o caso).
17 – Declaração informando o número de funcionários;
18 – Layout da Fábrica;
19 – Lista dos Produtos Químicos que serão utilizados na limpeza e sua forma de descarte após o uso (se for o caso);

20 – Contrato com a empresa que realizará a coleta dos resíduos gerados e que não são recolhidos pelo município, (se for o caso);

21 – Registro no Serviço de Inspeção Ofícial;

22 – Relatório fotográfico da Implantação de Sistema Fossa, Filtro e Sumidouro para os casos onde não exista tratamento pela concessionária (NBR 7229) (se for o caso);

23 – Certidão do Corpo de Bombeiro Militar do Estado do Rio de Janeiro, para os casos pertinentes (se for o caso).

24 – Se a empresa já estiver em funcionamento, deverá ser apresentado os Manifestos de Resíduos (se for o caso).

25 – Cópias do DAM e do comprovante de pagamento da taxa de licenciamento.

26 – Checklist da atividade;

27 – Enquadramento da atividade.

No Portal do Licenciamento estão disponíveis legislações, orientações, formulários, entre outras informações.

Durante a análise do processo do seu requerimento podem ser exigidos novos custos e documentos complementares.

ATIVIDADE: BENEFICIAMENTO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL

LICENÇA AMBIENTAL MUNICIPAL PRÉVIA (LAMP)

1 – Requerimento
Formulário no site da Prefeitura de Cantagalo na página da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SMMADS no Portal de Licenciamento.
2 – Documentos de identificação
Pessoa física: RG e CPF do titular do requerimento.
Pessoa jurídica: RG e CPF do(s) representante(s) legal(/is) da Pessoa Jurídica titular do requerimento.
3 – Documentos sociais
Sociedade Limitada: Última alteração contratual e Contrato Social consolidado.
Sociedade Anônima: Estatuto Social e ata de eleição da diretoria em vigor.
Órgãos Públicos: Ato de nomeação do(s) representante(s) legal(/is).
Outros casos: Documentos de constituição da Pessoa Jurídica e de eleição ou nomeação do(s) representante(s) legal(/is).
4 – CNPJ
Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral de Pessoa Jurídica obtido no site da Receita Federal no ano do requerimento.
5 – Declaração de microempresa (Form. 35) e Relatório do Simples Nacional emitido pela Receita Federal (se for o caso)
Documento que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte para fazer jus à redução de 50% do valor do custo de análise.
6 – Documentos de identificação do procurador (se for o caso)
RG e CPF do procurador constituído.
7 – Procuração pública ou particular (se for o caso)
A procuração particular deve ter a firma reconhecida.
8 – Termo de Responsabilidade
Formulário disponível no Portal de Licenciamento da SMMADS.
9 – Registro no Conselho de Classe do(s) profissional(is) responsável(is)
Cópia do Registro Profissional do(s) Responsável(is) Técnico(s) **(se for o caso)**.
10 – Anotação de Responsabilidade Técnica do(s) profissional(is) responsável(is)
Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Termo de Responsabilidade Técnica (TRT) - para biólogos **(se for o caso)**.
11 – Planta de localização
Imagem do Google Earth do local com coordenadas geográficas.
12 – Certidão de Zoneamento Municipal ou declaração;
13 – Comprovante de titularidade da propriedade:
13.1 IPTU; ou ITR; ou RGI; ou Escritura do Imóvel; ou Promessa de Compra e Venda registrada em cartório;
13.2 Contrato de locação, de comodato ou Carta de anuência do proprietário, para os casos em que a propriedade não esteja em nome do requerente;
14 – Conta de Água ou Outorga para uso de recurso hídrico ;
15 – Conta de luz;
16 – Certificado de Faixa Marginal de Proteção – FMP, (se for o caso).
17 – Cópias do DAM e do comprovante de pagamento da taxa de licenciamento.
18 – Checklist da atividade;
19 – Enquadramento da atividade.

No Portal do Licenciamento estão disponíveis legislações, orientações, formulários, entre outras informações.
Durante a análise do processo do seu requerimento podem ser exigidos novos custos e documentos complementares.